

Casuísmos e generalizações

Julio Serson

Há, entre nós, dois vícios que são costumeiramente usados para justificar situações confusas, acomodar posições e acalmar grupos de interesses. São eles os casuísmos e as generalizações. O casuísmo é frequentemente adotado para reparar circunstâncias determinadas por erros ou desvios. Quando a política econômica não apresenta resultados satisfatórios, tiram-se da cartola planos e propostas exóticas, inspiradas no mais absoluto casuísmo. Agora mesmo, procura-se ajeitar a situação dos erários estaduais, com uma solução de rolagem da dívida em um prazo de 20 anos, com dez de carência. Se atentarmos para o fato de que a dívida dos estados, da ordem de 70 bilhões de dólares, é maior do que a dívida externa do México e da soma das dívidas de muitos países latino-americanos, só podemos concluir que esta decisão, caso seja concretizada, prima pela extravagância e irresponsabilidade.

Não se pode conceber uma solução deste tipo, quando o País começa a engrenar uma marcha rumo à racionalidade econômica. O primado da seriedade no trato da coisa pública consiste, neste caso, em fazer com que cada estado assuma suas reais responsabilidades, não jogando para a sociedade os ônus de endividamentos, feitos muitas vezes sob critérios que não levaram em consideração as necessidades das populações. Rolar as dívidas dos estados significa premiar incompetências, dar vazão a uma cultura de desperdício e valorizar a improvisação e o amadorismo na gestão pública. Certamente, essa decisão não combina com uma prática de modernidade e não é compatível com a postura de um País que precisa dar exemplos de eficiência e eficácia para

ingressar em mundo cada vez mais competitivo e tecnológico.

Respeitamos as razões dos atuais executivos estaduais, mas temos de reconhecer que a decisão de rolagem da dívida dos estados apenas vai protelar a solução global para a crônica falta de recursos do Estado brasileiro. O setor produtivo não pode concordar com um decisão tão desprovida de bom-senso, neste momento em que o Governo lhe cobra competitividade e melhoria da capacidade de gestão de suas empresas.

Conviver com esse tipo de casuismo, sem rejeitá-lo ou refutar as causas que lhe dão vida, é aceitar a cultura acomodaticia, que faz do nosso País um território guiado pelo espírito da improvisação. Outro vício que temos de banir é a generalidade com que, em nosso País, se costuma caracterizar os fatos. É até possível que, apesar de todos os problemas que estamos vivendo, o País consiga realizar um crescimento positivo da ordem de 1,5 por cento. Isso será um fato extraordinário, pois todas as previsões e sinistroses apontavam, até pouco tempo atrás, para um crescimento negativo.

Não podemos, portanto, aceitar quaisquer insinuações sobre a incapacidade do setor produtivo. Há, evidentemente, diversos tipos de empresários. Não cremos, porém, que haja algum tipo de empresário sério, vocacionado para a produção, que esteja inclinado ao suicídio, utilizando a postura da acomodação. É muito fácil cair nas generalizações e afirmar que o empresário brasileiro é retrógrado, ultrapassado, aproveitador. Quem está lutando para sobreviver sabe que a situação nunca foi tão grave. Principalmente no setor de serviços. A área

turística interna está praticamente paralisada.

Precisamos impor uma nova cultura no relacionamento entre o setor produtivo, os trabalhadores, o Governo e a classe política. A partir do momento em que as relações entre esses segmentos se pautarem pelo respeito, pela honestidade de propósitos, pela clareza de princípios, pela boa vontade em encontrar soluções compartilhadas e pelo espírito cívico, o País poderá ganhar as condições para um efetivo acordo. Um acordo balizado pela divisão equânime e responsabilidades.

O País é mais que viável. O País é uma ótima alternativa para os negócios internacionais. Em um mundo que se apresenta cada vez mais conturbado, o Brasil se apresenta com o vigor de potenciais inesgotáveis. Temos, no curto prazo, uma recessão com ameaça de agravamento no primeiro semestre de 1992. Mas conservamos a absoluta convicção de que atravessaremos a correnteza com grande rapidez.

Para que o País possa acelerar seus passos, basta que tenha regras mais claras e permanentes. Vamos pôr um fim definitivo nos casuísmos e nas generalidades. Precisamos acabar com a sinistrose que corrói as vontades e cria a desmotivação. É por isto que, neste momento de dificuldades, os empresários de todos os setores não podem se abater pelo tiroteio de emoções planejadas e visões deturpadas por circunstâncias passageiras. O País, estou certo, é maior que a crise e não deve aceitar o jogo marcado por interesses meramente políticos.

■ **Julio Serson** é empresário e vice-presidente da Rede de Hotéis Vila Rica

02 JAN 1992